

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MERTOLA

1

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



Capa e Design Gráfico: Gil Maia

Execução Gráfica: Edições Afrontamento, Lda.

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual (Nº 1 Fevereiro / 1992; Nº 2 Fevereiro / 1993)

Preço de capa: Portugal — Esc. 3.500\$00; Espanha — PTE. 3.800\$00; Resto da Europa — PTE. 4.100\$00; Fora da Europa — 4.700\$00.

Edições Afrontamento, Lda — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal — Telefones: (02) 489271, 494880 — Telefax: (02) 491777

A SÉ-CATEDRAL DA IDANHA

CLÁUDIO TORRES

I

Aqueles sítios aos quais uma longa e sedimentada memória de gerações, por uma ou outra razão, conferiu poderes sacralizadores, raramente esquecem estas qualidades mesmo quando já se perderam as razões originais. Este fenómeno é sensível desde os tempos mais afastados em que a sobreposição de templos romanos, islâmicos ou cristãos acentua uma carga simbólica quantas vezes motivada por um insólito amontoado de lages, pela presença de uma árvore frondosa, ou por um simples manancial que brota na secura do Verão. Quase todos os locais de culto das várias e antigas religiões que proliferaram no Império Romano foram adaptados naturalmente ao ritual cristão quando este se tornou obrigatório, nas suas vertentes palatina ou funerária.

Durante a islamização o fenómeno não deixa naturalmente de se complicar. Primeiro porque no seio da própria cristandade

chegamos ao século VIII com acentuadas divergências litúrgicas e rivalidades filosóficas provocadas por heresias que, na Península Ibérica, se reflectiram na existência de agregados *unitarianos*, *monofisitas* e *monotelistas* nas cidades mercantis do sul, de *arianos* e *gnósticos* no leste e centro e de *priscilianos* no noroeste. Em segundo lugar, ao contrário do que tantas vezes é divulgado e repetido, as conquistas e convulsões militares posteriores a 711 não levaram a uma unificação política do al Andalus e naturalmente muito menos a uma unificação religiosa. Durante todo o Emirato, o domínio militar de Córdova assentou em múltiplos e quantas vezes fugazes acordos com as cidades e seus habitantes que, a maior parte das vezes, não contemplaram nem interferiram na sua organização interna religiosa ou mesmo política. O esforço militar dos emires cordoveses é constantemente atraído para as fronteiras da Marca Superior, para além das cordilheiras centrais de Guadarrama, Gredos e

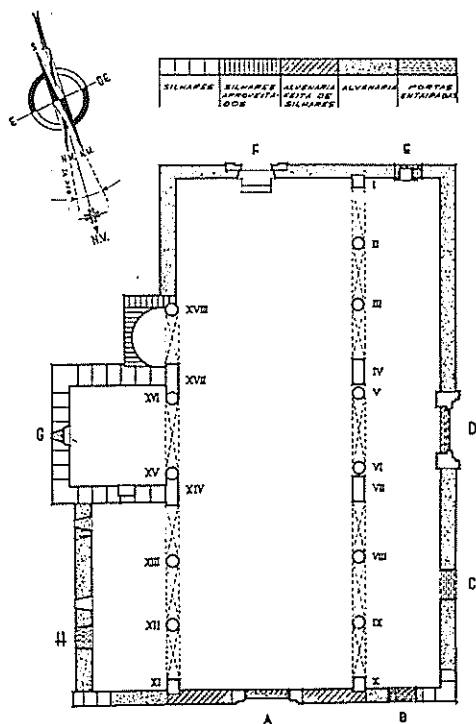


Foto 1

Estrela e que, toscamente, segue o antigo «limes» romano e visigodo. Estas «aceifas» e «algaras» trazem-lhes significativos benefícios em escravos e butim. Será apenas o auto-proclamado califa Abderraman III, portanto a partir de inícios do séc. X, a empreender e a conseguir a primeira unificação do al Andalus. Além das operações de conquista e submissão de várias cidades rebeldes, começa a afirmar nessa altura uma preocupação de unidade religiosa. Persegue o movimento herético de Ibn Masarra que defendia o livre-arbítrio dos muçulmanos, abre hostilidades e abate os rebeldes de Bobastro, o clã Hafsun que grangeara a sua força e prestígio apoiado nas comunidades moçárabes e destitui os últimos Marwan, importante dinastia de senhores locais, de ortodoxia muçulmana pouco recomendável, que durante quase um século dominaram militar e ideologicamente a maioria das cidades da antiga Lusitânia ⁽¹⁾.

Erradicadas as heresias, clarificado o poder

religioso e mesmo no contexto de uma massiva conversão à nova fé muçulmana, os locais de culto cristão não são porém todos adaptados ou encerrados. Durante cerca de quatro séculos, ou seja até às invasões berberes de finais do séc. XI, houve no al Andalus uma certa permissividade dos poderes centrais e locais, com evidente convivência pacífica entre as três *religiões do livro*: a muçulmana dominante e as dominadas cristã e judaica.

A intransigência religiosa da «Reconquista», agravada com a posse definitiva dos principais centros urbanos do sul, foi, de certa forma, antecedida e justificada pelo fanatismo de sinal contrário introduzido pelos almorávidas e almôadas. A cristianização das mesquitas faz parte do próprio acto de tomada de posse da cidade ou povoação recém-conquistada. A mesquita maior passa sempre ou quase sempre a igreja de Santa Maria e antes da conversão forçada e expulsão de finais de quatrocentos, apenas são autorizados locais de culto muçulmano nos arrabaldes para onde tinham sido banidas as mourarias. Lá também se vão instalar as comunas judaicas que sob o Islão tinham ocupado o mais das vezes um bairro intra-muros, como foi o caso da Judiaria Velha de Lisboa.

Foto 2

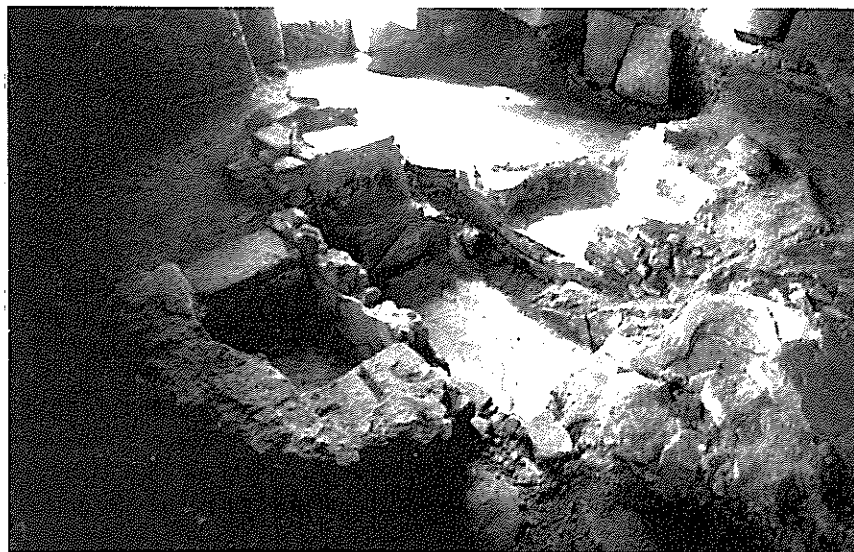




Foto 3

Se o novo orago da mesquita cristianizada passou a ser a Santa Maria, afirmação de mudança radical ante os princípios unitarianos e rigidamente monoteístas de Mahomé, na maior parte das sinagogas convertidas o padroeiro escolhido é vulgarmente o Salvador, numa evidente e intencional demarcação do povo de Moisés que ainda espera a vinda do seu Messias. Depois de um endurecimento sectário imposto pelas dinastias marroquinas, com a Reconquista entra em agonia ou simplesmente acaba a sociabilidade tole-

Foto 4



rante que caracterizara a civilização andalusã.

No actual território português há notícias documentais e arqueológicas de algumas mesquitas, embora não tantas como seria de esperar numa região tantos séculos integrada no mundo muçulmano. Além da mesquita almôada de Mértola, comprovada e indelutavelmente reconhecida como tal, apenas se conhecem aqui e ali referências ou ténues sinais que a maior parte das vezes se ficam pela simples notícia. Poderá referir-se em Loulé uma torre sineira onde são visíveis dois ou três metros de silharia do embasamento de um possível minarete e a singular e pouco ortodoxa orientação de algumas igrejas de Santa Maria ou do Castelo, como acontece em Tavira e Beja. E pouco mais. Os topónimos urbanos referindo expressamente a localização de uma mesquita recordam apenas humildes locais de culto nos arrabaldes onde até finais do séc. XV foram autorizadas as mourarias.

A posse e sacralização da grande mesquita da cidade era um importante acto público de confirmação da vitória militar. Um novo programa político, acompanhado quase sempre por uma nova ordem arquitectónica, exigia a substituição do antigo edifício por um outro afirmativamente diferente. Assim aconteceu em Coimbra, em cuja Sé Velha ficou gravado o lamento de um mouro canteiro; em Lisboa onde a imponente mole da catedral substituiu as sete naves da aljama. O mesmo programa e a mesma atitude são patentes nas estruturas góticas de Elvas, Évora, Silves e Faro. Ao contrário destes centros urbanos, em pequenas e médias povoações, ou então em antigas cidades que, por razões de estratégia territorial, entraram em decadência, o programa arquitectónico dos conquistadores é menos pretensioso, ou simplesmente as verbas escasseiam. Modificadas por sucessivos arranjos e adaptações, podemos conjecturar antigas mesquitas de uma ou três naves que hoje

ainda, no sul do país, são as igrejas paroquiais de comunidades rurais.

Com pequenas variações regionais ou cronológicas, de uma forma geral, as basílicas e igrejas cristãs posteriores ao séc. IV, seguindo as prescrições anteriores da própria sinagoga e respeitando os antigos cultos solares e imperiais, vão mantendo a sua orientação litúrgica: o altar-mor é invariavelmente apontado ao nascer do sol. Entre nós, só a partir de finais do séc. XVI se começam a notar casos em que esta tradição é quebrada em resultado dos novos arranjos urbanísticos exigidos pelo espaço antropocêntrico das modas italianizantes. A liturgia muçulmana impõe o seu próprio centro do universo ritualizando a direcção da cidade santa de Meca. Ao contrário porém das metrópoles do Oriente, como Damasco ou Bagdad, em que a quibla se posiciona fontalmente a sul, no al Andalus o olhar dos crentes começa de muito cedo a ser dirigido a sudeste. Todas as mesquitas peninsulares seguem este preceito, sobrepondo-se e adaptando-se muitas vezes sem inibições às anteriores basílicas cristãs cuja orientação, decidida sem grandes rigores astronómicos, lhes era bastante próxima.

A Reconquista, arrastando consigo uma nova ordem imposta por Cluny, vai começar a marcar a diferença. Entre as cerimónias de purificação e sacralização cristã da mesquita parece ter sido obrigatória a deslocação do altar-mor para a parede lateral norte ou nordeste de modo a fugir da quibla e da presença inquietante do mirhab. A nova igreja fica assim insolitamente orientada a nordeste, denunciando por este facto as suas origens. É o caso da igreja matriz de Mértola, cuja história é nesse sentido sintomática. Em finais do séc. XV e a pedido dos moradores da vila, o altar-mor é removido e instalado «onde estava o Alcoram» (...) que era «*pera onde nace o sol, omde per*



Foto 5

direito deve d'estar» (2). A operação de viragem a norte deve ter sido ordenada em 1238 no próprio ano da conquista da vila pelos Espatários e anulada três séculos mais tarde por uma comunidade que, afinal, não perdera a memória do santuário islâmico que servira os seus antepassados. Uns anos depois, ainda na mesma centúria de quinhentos, sopraram do Concílio de Trento outros ventos de intransigência e sectarismo que, uma vez mais, fixaram o altar contra a parede norte onde, ostensivamente, permaneceu até aos nossos dias.

Foto 6



mostrem e comprovem as esperadas destruições e flagelos provocados depois de 711 pelos bárbaros seguidores de Maomé. Com tantas e evidentes provas dos seus pergaminhos romano-cristãos e em irre recuperável decadência aquando da chegada libertadora dos templários, só eles, os mouros, podiam ter sido os culpados de tão heróicos e definitivos escombros. De um modo geral, aceite este pressuposto, as primeiras investigações arqueológicas não podiam deixar de encontrar o que à partida era suposto: a Sé Catedral dos bispos godos da Egítania.

Contudo, o monumento como hoje se encontra e os próprios resultados das campanhas de escavação que durante vários anos e sob a direcção de D. Fernando de Almeida, fizeram escola na arqueologia portuguesa, não são de molde a permitir uma única e redutora leitura, abrindo, pelo contrário, outras hipóteses de interpretação a ser ou não confirmadas em futuros trabalhos de terreno. Embora a sua perspicácia tenha notado algumas incongruências, D. Fernando de Almeida não resistiu a fazer coincidir pressupostos ideológicos com os resultados obtidos no terreno: Na Idanha-a-Velha podemos hoje visitar uma imponente basílica de três naves — já restituída a uma certa imagem primitiva — um baptistério paleo-cristão e as fundações de um hipotético paço episcopal.

Mantêm-se porém alguns problemas não resolvidos e que continuam a lançar demasiada incerteza nas atribuições até hoje propostas. Um dos factos, e não dos menores, é a orientação do monumento. Tanto D. Fernando como C. A. Ferreira de Almeida ⁽³⁾ fogem ao problema mantendo como aceite e portanto plausível, a orientação Nordeste-Sudoeste para a basilica. Como vimos antes, não creio no entanto ser admissível a partir do Séc. IV, uma tal desorientação num edifício de culto cristão e de tipo basilical (Fot.1).

Em segundo lugar, se é certo que o bap-

Topographic map of Idanha-a-Velha, Portugal, showing the town and surrounding landscape. The map includes elevation contours, a river (Rio Pôrto), and a scale bar. The town is centrally located, surrounded by a river. Elevation points are marked with numbers like 278.8, 270.9, 276.5, 273.1, 272.9, 270.5, 268.7, 264.2, 267.9, 269.0, 257.6, 265.9, 262.6, 277.5, and 270.6. A scale bar indicates 0 to 50 meters. A north arrow is also present.

tistério é perfeitamente atribuível aos sécs. VI ou VII, não me parece estar este em conexão com o edifício actual, sob cujos alicerces visivelmente se prolonga (Fot.2). Antes da construção hoje existente, haveria uma outra, essa sim associada ao baptistério e à qual pertenceriam os elementos arquitectónicos encontrados na escavação e outros embebidos na alvenaria ou reutilizados nas cantarias (Fot.3 e 4).

Em terceiro lugar, a consulta de algumas fontes árabes, não só contradiz a sempre repetida destruição e abandono da Idanha em virtude das invasões árabes, como refere para os sécs. IX e X uma certa prosperidade económica e militar da cidade.

Deixando provisoriamente de lado a época de construção do actual edifício, temos conhecimento para inícios do séc. XVI de uma campanha de obras em que, curiosamente, os objectivos se assemelham à que foi mandada executar pela mesma época na igreja matriz de Mértola. Corrigindo uma localização do altar-mor pouco ortodoxa, e provavelmente intervindo numa ruína, os construtores quinhentistas adaptam ou readaptam a altar-mor uma pequena capela orientada a sudeste e abrem o portal de gablete onde se inscrevem as armas reais encimadas por um crucifixo. Este enfiamento do portal e da cabeceira respeita a anterior lógica arquitectónica onde as colunas reforçadas de pilastras acentuam e destacam uma outra nave central (Fot.5). Desta campanha de obras deve datar também o pequeno nicho — sacrário aberto na parede norte desta capela — a cabeceira e a porta de arco quebrado que, a norte, dava acesso directo à povoação. Mais tarde, a coincidir talvez com o esgrafito datado de 1589 e respondendo á nova vaga de fanatismo religioso da corte de Madrid, é rasgada a porta sul, com as suas jambas de silhares almofadados, fronteira a um novo altar principal que a norte inviabilizava a passagem apenas utilizada durante escassas dezenas de anos.

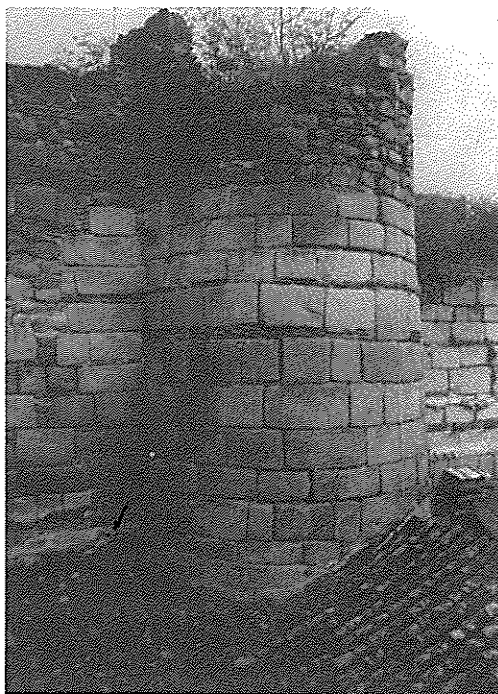


Foto 8

Como à primeira vista parece não ter havido obras de vulto entre a *Reconquista* e os restauros quinhentistas e recordando as incongruências arquitectónicas do baptistério e dos elementos insculturados encontrados sem contexto ou inseridos na alvenaria, parece não restar outra hipótese senão apontar para um importante programa construtivo durante a época islâmica, ou seja, entre o séc. VIII e

Foto 9



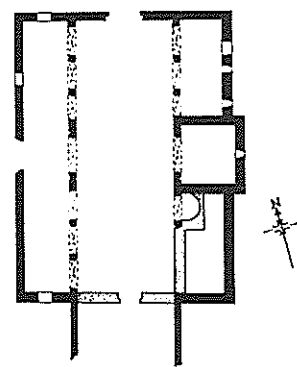
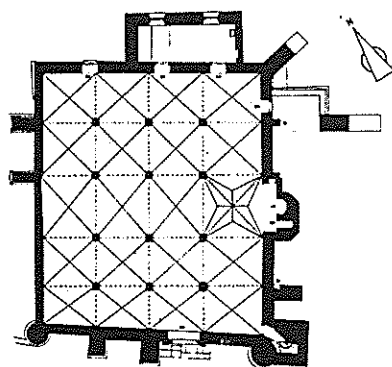


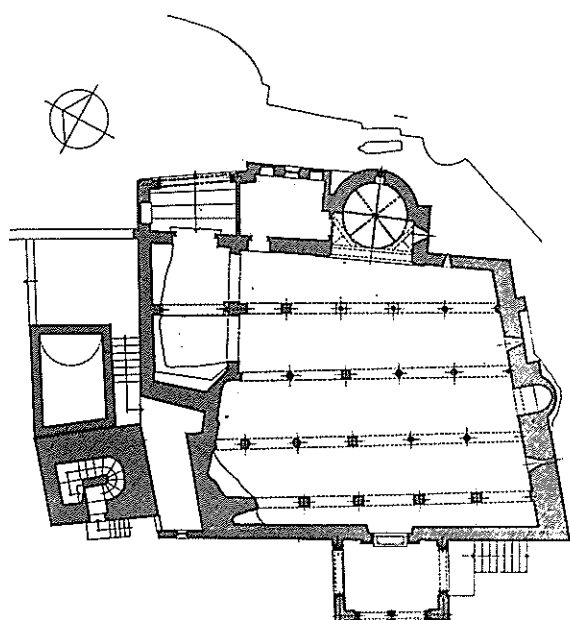
Foto 10: Mértola e Idanha

1165 quando Afonso Henriques faz a sua doação à Ordem do Templo. Trata-se de facto de um edifício gizado por um único e bem definido projecto arquitectónico em que o ritmo e a forma das arcadas, as colunas e capiteis, o aparelho regular de silhares e a modenatura se integram perfeitamente na mesma linguagem (Fot. 6).

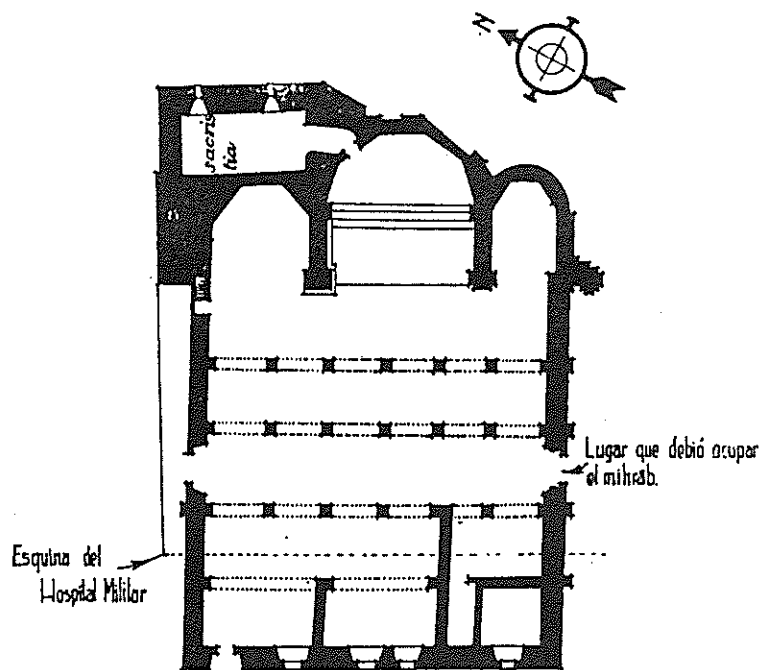
III

«A Egítania encontra-se a Oriente de Coimbra e a Ocidente de Cordova. É uma cidade muito antiga, forte e bem dotada, com um território bem provido de cereais, de vinhas, de caça e de peixes e um solo fértil» — diz o historiador **Al Razi** na primeira metade do séc X ⁽⁴⁾.

Fotos 11 e 12: Almonaster e Igreja de S. Maria - Badajoz



Almonaster



0 5 10 15 20 25 metros.

A partir desta época parece que a Idanha entra em decadência — à medida que se afirma Badajoz — e apenas continua a ser referida sempre que é citado o movimento e revoltas «muladis» — na sua fase inicial antes de Ibn Marwan se fortificar definitivamente em Badajoz em 890. A última referência parece vir de Ibn Hayyan que escreve na primeira metade do séc. XI. Contando estes mesmos acontecimentos de finais do séc. IX, diz — «*Said Ibn Malik que naquela altura se tinha apoderado de Beja, chamou Masud Ibn Saadun — a quem apodavam de Surumbaqui — que estava na fortaleza conhecida por N. Yani, a Oriente de Santarém*» (5).

As muralhas que hoje cercam Idanha pertencem manifestamente à mesma família do Conventual de Mérida (erguido em 835) com os seus 2 m e 70 de espessura e utilizando grandes silhares romanos (Fot. 7). São certamente pouco anteriores ou mesmo contemporâneas das defesas de Talavera la Reina, (Fot. 8) obra de Abderraman III, em inícios do séc. X, com as suas torres semi-cilíndricas semelhantes às de Lugo e Zamora (6). Parece portanto haver em todas estas fortificações,



Foto 13: Igreja Matriz de Lourosa

além de uma cronologia comum, as mesmas raízes tipológicas aparentadas com a tecnologia militar bizantina do norte de África.

A Idanha era nos Séc. IX e X uma povoação relativamente importante, em que um perímetro muralhado de 700 metros cercava uma área de 5 hectares com habitação para uns 1000 habitantes. Não esquecer que durante esta época os espaços urbanos de Évora,



Foto 14

Alcácer do Sal e Silves pouco ultrapassam os 7 hectares (com populações rondando os 2000 habitantes) e que cidades como Leiria, Tomar, Guimarães e Porto têm nessa altura cascos urbanos não superiores a 3 hectares. Para uma cidade como Idanha teria de haver naturalmente um local de culto. Um templo de uma certa importância. Se admitirmos ser a parede sudeste a «quibla» de uma mesquita, a volumetria anormal do edifício começa a tornar-se menos enigmática (Fot. 9). Ressalvando as devidas proporções, o modelo parece ser a grande mesquita Omeiada de Damasco com uma grande nave central e duas colaterais em que o mirhab ocupa o centro da colateral sul, dirigida a Meca.

A orientação da catedral da Idanha segue rigorosamente o padrão de todas as mesquitas do Al Andalus (Fot. 10, 11 e 12) e o próprio poço cisterna para abluções situado na colateral oeste, seria pelo menos insólito, senão inadmissível, em qualquer basílica cristã onde o espaço profilático da água coincide sempre com o baptistério.

Aliás é de notar que nas Memórias Paroquiais de 1758 é afirmado sem hesitações

que «o templo foi mesquita dos mouros». Quem o afirma é um pároco suficientemente culto para saber que o mesmo templo «foi modificado e sagrado por ordem de el rei D. Manuel quando restabeleceu a cidade» (7).

Para uma atribuição cronológica podemos recorrer a alguns elementos que nos parecem significativos, embora o mais evidente seja o paralelismo técnico da catedral da Idanha com a igreja de Lourosa — a pouco mais de 50 quilómetros de distância — e que está datada de 912. Nos dois edifícios, o mesmo tipo de arcos ultrapassados, um mesmo aparelho de grandes silhares com o uso sistemático de perpianos e uma modenatura que parece ter saído das mãos dos mesmos canteiros (Fot. 13). As semelhanças formais vão mesmo ao ponto de constatar no monumento egitanense, tal como em Lourosa, um possível arco de descarga sobre os lintéis das três portas mais antigas, cujas jambas são grandes silhares de travamento horizontal e vertical (Fot. 14). Sente-se o mesmo ar de família nas técnicas construtivas, embora, naturalmente, o programa seja outro.

Ora é no programa que parece estar o aspecto mais interessante deste monumento. Tudo estaria certo e a mesquita incontestável se não fosse a anormalidade do *mirhab* (Fot. 15). Com tal profundidade e volumetria autónoma, não há aparentemente nenhum outro caso semelhante. E no entanto nada leva a crer que não seja perfeitamente contemporâneo do resto do edifício. Cremos que esta cabeceira-mirhab se inscreve no fenómeno «*muladi*» na sua vertente mais heterodoxa que nessa época tem precisamente como local de implantação a zona fronteiriça da Idanha antes de se estender a todo o Garb-al Andalus — de Badajoz a Ossónoba (8). Durante várias dezenas de anos os Marwanidas fizeram a ponte entre Leão e Córdoba. E as acusações de que foram alvo Ibn Marwan e Saadun Surumbaqui de que «pregavam aos seus compatriotas uma nova

Foto 15



religião que fundia o islamismo e o cristianismo» terão talvez neste edifício uma prova inesperada e bem expressiva.

NOTAS

- (1) Este período conturbado do Garb al Andalus nos Séc. IX e X é objecto de inúmeras referências de Ibn Hayyan, nomeadamente no que diz respeito ao esforço centralizador de Córdoba na sua luta contra os movimentos rebeldes, religiosos ou políticos, de Ibn Masarra, Ibn Marwan ou Ibn Hafsun. — Ibn Hayyan, *al Muqtabis V*, tradução de M^a de Jesus Viguera e Frederico Corriente, Saragoza, 1981.
- (2) A.N.T.T., Inst. Rel. — S. Tiago, L. 228. Visitação de Mértola, 1482.
- (3) *História da Arte em Portugal*, Vol. 2, Lisboa, 1986, pp. 43, 46.
- (4) António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa 1972, pp. 43, 44.
- (5) Ibn Hayyan, op. cit. pp. 88 e 89. Ao contrário do que opina Martim Velho (in «Ibn Marwan — Ibn al Djiliki — e Sa dun Surunbaqi», *Nono congresso da Union Européenne des Arabisants et Islamisants*, Amsterdam, 1978, Leyde, 1981, p. 279) os topónimos de Antaniya, An. Dania e N. Yani, indicados por Ibn Khaldun, Ibn al-Qutiyya e Ibn Hayyan — referem-se naturalmente a Idanha-a-Velha e de forma nenhuma a um povoado nas cercanias de Coimbra.
- (6) Sergio Lillo, *Arqueologia Medieval Española II* Congresso, Madrid, 1987. Tomo II das *Actas*, pp. 199/205.
- (7) D. Fernando de Almeida, *Egitania, história e arqueologia*, Lisboa, 1956, p. 353.
- (8) Para abordar com mais profundidade esta região em finais do Emirato, destaca-se o interessante e bem fundamentado artigo de Christophe Picard: «Quelques aspects des relations entre chrétiens et musulmans dans les zones de confins du Nord-Ouest de la Péninsule ibérique. (IX- X siècles)». *Études de Histoire*, Université de St. Etienne, 1990.